

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida a ata.)

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, tenho algo para ser inserido na ata da 32ª Sessão Ordinária. Consta na ata que em Breves Comunicações e no horário destinado aos Partidos Políticos não houve oradores inscritos. Eu gostaria que fosse incluído o motivo, que foi a suspensão da sessão até as 16h, horário da Ordem do Dia, por não ter conseguido ser feita a sessão pelo apitação que houve ontem aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a observação, solicito à

assessoria que tome as devidas providências para fazer a inclusão na ata que acaba de ser lida.

Em votação a ata com a retificação feita pelo deputado Kennedy Nunes.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer um breve relato da representatividade que fiz a v.exa. desta casa e também como presidente do bloco brasileiro dos deputados que fazem da UPM. Nós estivemos na reunião do Parlasul, em Montevideu, onde a UPM teve uma reunião com a diretoria do Parlasul e fomos reconhecidos, deputado, como a entidade que representa todas as lideranças regionais dos países do Mercosul. O Parlasul é formado pelos deputados federais e senadores dos países Mercosul. Mas a UPM - União Parlamentares do Mercosul -, ela representa todos os deputados estaduais dos países do Mercosul como também, faço o registro do vereador Roberto Bisoni, do município de Joinville, e a UPM também faz a representação dos vereadores já que alguns países do Mercosul a figura do vereador é a figura do deputado estadual. Ele é o parlamentar regional que existe. E a UPM foi então reconhecida como a entidade que representa todas essa representatividade regional dos países do Mercosul.

Eu quero fazer o registro ao funcionário desta Casa, responsável por toda essa atividade, doutor Flávio Monteiro, que desde 2007, ele com os outros, e já passaram vários deputados aqui, fazem esse tipo de trabalho de fortalecimento da UPM e do bloco brasileiro, e o Flávio Monteiro, juntamente, com o deputado lá da Argentina, German

López, são os grandes incentivadores, motivadores e responsáveis para que o Parlasul pudesse estar fazendo esse tipo de reconhecimento à UPM.

Hoje, o atual presidente da UPM é o deputado Miki Breier, do Rio Grande do Sul, e a próxima Presidência da UPM vai ser de uma senadora da Argentina, e logo depois o Brasil volta com a interinidade.

Nessa reunião logo após falarmos com a diretoria do Parlasul, o sr. Rubén Martínez Huelmo, que é deputado no Uruguai e presidente do Parlasul, tratamos de assuntos que a UPM está trabalhando, que são: uma legislação única de trânsito entre os países do Mercosul, pois sabemos que isso mexe com cultura; em segundo lugar, o reconhecimento dos diplomas das universidades dos países do Mercosul, e precisamos avançar um pouco mais; e em terceiro lugar, sobre a liberação da maconha no Uruguai.

O presidente José Mujica fez duas leis no país que estamos observando. Uma delas, anterior a essa da liberação da maconha, que é a lei do aborto e, agora, o Uruguai vive sobre o amparo da lei na legalização da maconha. Fiz algumas anotações e é interessante o que observei.

Lá no Uruguai, agora, para comprar a maconha na farmácia e usá-la é preciso fazer um cadastro no qual a pessoa deve deixar o nome, endereço, profissão e o documento de identidade. A partir desse cadastro público a pessoa pode comprar a maconha para usar ou então ela pode ter até três pés de maconha em casa e fazer o autocultivo.

O problema que está acontecendo lá no Uruguai agora é que as pessoas daquele país estão preocupadas que aconteça nessa lei da legalização da maconha o mesmo que aconteceu com a legalização do aborto. No Uruguai no ano passado houve sete mil abortos legalizados e o aborto clandestino, que era a grande defesa para a liberação do aborto, não pararam de acontecer por causa de uma sociedade conservadora e muitas pessoas não fazem o aborto legal porque pode ferir sua imagem junto à sociedade e à família.

E a preocupação da liberação da maconha é exatamente essa porque agora já tem o pós-liberação lá no Uruguai. As empresas daquele país estão pedindo para que seus recursos humanos façam a averiguação do *curriculum vitae* dado na empresa se a pessoa que está disputando um cargo ou trabalhar na empresa faz parte da lista de usuários de maconha ou não, fazendo parte eles não querem esse tipo de pessoa porque dizem que os usuários não têm tanta responsabilidade e produtividade como quem não é usuário.

Então, o que é que está acontecendo nesse jogo? Como eu vou à farmácia me registrar para comprar a maconha sei que o meu nome vai para a lista suja das empresas e o mercado clandestino continuará, como no caso do aborto continua. Essa observação, nós da UPM do bloco brasileiro, estamos fazendo porque como o Uruguai é o primeiro país da América a fazer esse tipo de lei, precisamos observar e termos essa decisão como um estudo de caso para vermos qual é a relação que existe no pós isso.

Quem é contra a lei no Uruguai, diz que a liberação da maconha, deputado Padre Pedro Baldissera, é apenas para tapar o sol com a peneira para desvirtuar ou para tirar o foco do verdadeiro problema que está acontecendo no Uruguai, que é o mesmo problema brasileiro: a proliferação do uso de *crack*.

Então, dizem que o governo para tirar o foco ele libera a maconha.

Fiz uma pesquisa com relação ao tipo de investimento na reabilitação que está sendo feita. Na prevenção existe um pouco de trabalho na educação primária, bem pouco. E na reabilitação apenas existem os trabalhos das organizações não governamentais. E esse é um erro do governo. Ele libera o uso da droga e não investe nada na recuperação, ou investe pouco na prevenção.

Trago este assunto porque esse é motivo da nossa observação, do bloco brasileiro, do qual o deputado Silvio Dreveck também faz parte.

Nós formamos no bloco brasileiro uma comissão de acompanhamento dessa questão da liberação da

maconha, no Uruguai, em que o presidente desta comissão é um parlamentar uruguaio, até porque como ele está vivendo isso no seu dia a dia ele pode ter uma observação muito maior.

Como nós temos uma grande fronteira seca entre o Brasil e o Uruguai e podemos observar que isso vai nos afetar, e acho que essa é uma preocupação de todos nós.

Então, deixo o meu registro sobre essa importante reunião que tivemos em Montevideu, no Parlasul. E agradecer os trabalhos do dr. Flávio Monteiro, funcionário desta Casa, pois o trabalho dele e de outros parlamentares resultou nesse reconhecimento do Parlasul, a UPM.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente vou falar no horário dos Partidos Políticos, por isso, declino da utilização da palavra, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Entendi, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, em uma troca com o deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta manhã de quinta-feira.

Srs. deputados, faço uma breve reflexão acerca da segurança pública em geral, da segurança pública do estado de Santa Catarina, mais especificamente pelas notícias de novos atentados, aliás, nove atentados na última semana, que foram praticados pela criminalidade contra à sociedade.

O reconhecimento por parte da secretaria de estado da Segurança Pública de que é, de fato, produto e resultado de determinações oriundas do interior dos presídios do estado de Santa Catarina, que teria sido provocado pela insatisfação dos presos com relação à greve dos

agentes penitenciários que, entre outras coisas, impediu a visitação.

Faço esse registro em solidariedade aos agentes penitenciários desse movimento. Há necessidade que essa categoria seja tratada com dignidade salarial, em termos de direito e que seja fortalecida para o bem da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Portanto, manifesto a nossa solidariedade ao movimento dos agentes penitenciários e também a nossa posição contrária e de estranhamento à atitude do governo que pediu a destituição ou pretendia pedir a destituição da diretoria do sindicato, em tempos de democracia, e inclusive há um artigo da Constituição Federal que veda essa intervenção do Poder Executivo em relação à autonomia do movimento sindical.

Nós falávamos em 2012, no ano passado, quando houve aquelas ondas maiores de atentados, sobre algumas medidas necessárias, consequência de uma política de estado que não é feita historicamente, de um desleixo histórico com as instituições públicas em geral, inclusive, com a Segurança Pública. Há falta de investimentos em educação, cultura, lazer e esportes, em assistência social, e ontem aqui aprovamos às pressas um projeto para dar mais uma forcinha para a assistência social do estado de Santa Catarina cuja estrutura é de fato ínfima para a enorme demanda existente.

Então, a falta de investimentos em educação, em saúde pública, em assistência social, também assistência técnica para a pequena agricultura e pequenos estabelecimentos comerciais, a insuficiência das políticas de cultura, esporte e lazer e a falta de educação em tempo integral nas escolas públicas estaduais e municipais, impõe uma situação que leva a esse descontrole social. Não tendo sido feita essa política de fortalecimento das instituições públicas para sanar necessidades básicas do conjunto da população de forma universal, aliás, também quanto à questão da moradia, porque não há uma política de moradia adequada, as pessoas vivem em amontoados urbanos precaríssimos, e o prosseguimento da

criminalização dos movimentos populares, inclusive, dos que lutam por moradia. Pagar aluguel nesta cidade ou nessa Grande Florianópolis para quem ganha salário mínimo, por certo, resultará numa condição de moradia absolutamente imprópria para uma família.

E todos nós que defendemos o direito à vida temos que defender o direito e a qualidade de todas as vidas, inclusive das que estão sem moradia na nossa sociedade. Não tendo esses investimentos, não tendo sido feito também a reforma agrária e tendo fortalecido, financiado e planejado possivelmente o êxodo rural histórico, que permanece e continua na sociedade brasileira, nós temos essa realidade. Aí precisa investir em segurança pública, já que não investiu na prevenção, efetiva, agora tem que investir na contenção, e este é um drama social. Precisamos de mais policiais militares, mais policiais civis, mais bombeiros, mais agentes penitenciárias, de mais penitenciárias. Precisamos, sim, infelizmente, precisamos! Porque não se teve o cuidado necessário com as políticas públicas essenciais no passado histórico, e continua-se não tendo essa prioridade. A prioridade é o desenvolvimento econômico ou até para ser mais claro, o enriquecimento cada vez maior dos monopólios, cada vez mais monopólicos. Os juros dos bancos que continuam enriquecendo cada vez mais.

Com relação específica ao tráfico e ao consumo de drogas, a minha posição, é de que as pessoas viciadas em drogas lícitas ou ilícitas, precisam ser tratadas. É evidente que as drogas ilícitas consideradas crime, porque são ilegais, como a maconha, o *crack*, a cocaína, e as sintéticas também, que a classe média bacana usa nas baladas de final de semana, o usuário precisa de tratamento e o traficante precisa de repressão.

Mas o estado está impotente nessa repressão. Eu diria mais, deputado Neodi Saretta, o estado, no sentido *latu*, não quer, o estado, na sociedade capitalista, não se propõe efetivamente a combater o grande tráfico de drogas. Há analistas que

dizem, inclusive, deputado Kennedy Nunes, que o tráfico de drogas movimenta mais dinheiro do que a indústria do petróleo, passando pelos bancos todos os dias! Esse dinheiro não anda voando sozinho por aí! Então, esse dinheiro entra nos países na conta de um indivíduo para outro, possivelmente de empresas lavanderias, e não existe um processo de fiscalização, de controle e de combate.

Nós, policiais, e as polícias, ficamos catando no varejo, e absurdamente não venceremos jamais! É claro, é evidente! E pudemos ver em cada bairro desta cidade, deste estado, deste país onde está a droga. Onde eu moro, por exemplo, que é um bairro popular, todo mundo sabe onde fica o ponto de droga.

Eu sei, todos os policiais sabem, como o padre, a professora, a senhora que levanta domingo de manhã para ir à missa ou para ir ao culto domingo à noite, onde fica o ponto de droga. E ela circula, movimenta e vai! A polícia não faz nada? Faz! Toda hora vejo as guarnições lá na frente. O flagrante delito é cada vez mais uma situação difícil. Para uma pequena quantidade de drogas não existe mais flagrante porque não é tráfico, é consumo.

Então, se perde o controle e aprofunda para um processo de barbárie social que leva à degeneração do conjunto da sociedade, das pessoas.

É preciso, evidentemente, fortalecer as instituições de segurança, inclusive o sistema prisional, porque, infelizmente, não se investiu em educação, em assistência social no passado, e continuam não fazendo o suficiente.

Mas é preciso termos claro que continuamos a enxugar o gelo, continuamos a correr atrás de um prejuízo, com pouca chance de alcançar o êxito de diminuir. Se não se invertermos isso, se não combatermos o grande tráfico de entorpecentes e de armas, estaremos fadados a derrotas contínuas, cada vez mais, apenas remendando um problema que já vem do passado e que se aprofunda. Esta é, infelizmente, a realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, gostaria, neste momento, de lamentar o falecimento, uma morte trágica que aconteceu no domingo, em Joinville, do presidente da Sociedade Kênia Clube, Everaldo José Pereira, cujo carro bateu de frente com um ônibus.

Ele era um grande líder do movimento negro de Joinville, conseguiu reavivar a Sociedade Kênia Clube e levar o movimento negro para dentro da sociedade. Fez um trabalho intenso para a regularização do prédio da sociedade depois que houve uma intervenção, em função das fiscalizações que existiram depois do incidente ocorrido em Santa Maria.

Everaldo, com apenas 43 anos, deixa dois filhos e toda a comunidade negra de Joinville, a Sociedade Kênia Clube, a Escola Príncipes do Samba e todos que participam de toda a questão da cultura negra em Joinville muito entristecidos com o seu falecimento de forma tão abrupta e violenta.

Então, realmente venho aqui lamentar e deixar, como deixei na segunda-feira, o nosso apoio, pedindo que Deus conforte os corações e console a família pela morte tão precoce do nosso amigo Everaldo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Sandro Silva, se v.exa. me permitir, também gostaria de me irmanar às suas palavras e ao seu sentimento.

Everaldo era uma pessoa extremamente conhecida em Joinville, amigo de todos e representava muito bem esse segmento através da Sociedade Kênia Clube, pela qual tinha tanto carinho.

Nós, infelizmente, fomos pegos de surpresa com esse acontecimento que choca não somente a

comunidade, mas cada uma das pessoas que o conheceram.

Quero transmitir também aos familiares, em meu nome e em nome dos parlamentares desta Casa, os meus sentimentos pela perda de uma das lideranças importantes da raça negra do município de Joinville.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Então, fica aqui o nosso registro, os nossos pêsames e os nossos sentimentos por essa perda precoce, como eu já disse antes, de um amigo, companheiro e batalhador das causas da população negra em Joinville.

Eu também gostaria de relatar que estive em Brasília, na terça-feira, para tratar de assuntos referentes a questões da população negra do nosso estado também.

Então, por ocasião da visita à Fundação Palmares, tratamos da vinda do seu presidente, Hilton Cobra, para que se discuta a questão, na audiência pública no dia 6 de maio, de uma maior presença de negros em materiais publicitários no estado de Santa Catarina, tanto da iniciativa privada, como também do poder público.

Então, Hilton Cobra nos atendeu muito gentilmente, foi muito atencioso conosco e confirmou a sua presença não somente no dia 6, mas também no dia 5 para ter, anteriormente à audiência pública, uma conversa com produtores negros do estado para que possam também produzir materiais, já que a Fundação Palmares tem recursos federais para a produção de materiais que tenham como foco a cultura negra.

Estive também no ministério da Saúde e na Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - para fazer um convite ao dr. Rui Silva e a Mônica Oliveira para que estejam presentes num seminário que vamos organizar no dia 16 de maio, na Assembleia Legislativa, para tratar justamente da saúde da população negra em Santa Catarina, já que existe uma lei criada através de um projeto de minha autoria que institui em maio a Semana de Atenção à Saúde da População Negra.

Então, conseguiremos trazer no dia 16 de maio um representante do ministério da Saúde e um representante da secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial para conversar com o movimento negro sobre questões que envolvem a saúde da população negra em Santa Catarina.

Eu também estive no ministério da Educação, conversei com as professoras Ilma e Auxiliadora, para tratar de assuntos voltados à educação aqui em Santa Catarina, no que diz respeito à Lei n. 10.639, que obriga o ensino da história da África nas escolas públicas e privadas aqui em Santa Catarina.

Nós temos dez anos da implementação da lei no Brasil, não só em Santa Catarina, mas em muitos estados brasileiros essa regulamentação, esse ensino exigido através da Lei n. 10.639, ainda não foi implementada, tanto em Santa Catarina como em muitos estados.

Então, este debate sobre os dez anos da Lei n. 10.639 vai ser um dos focos - junto com as professoras Ilma e Auxiliadora, que são do Mec e que estarão aqui -, em data a ser marcada, para um debate com o Fórum de Educação Étnico Racial aqui em Santa Catarina.

Então, foi um dia de agendas muito importantes. O governo federal está de parabéns por colocar nestes postos, nestas funções, pessoas que de fato não apenas ocupem cadeiras, mas que também fazem um grande trabalho em prol da população negra de todo país, sempre muito solícitos, com muito conhecimento e dispostos a repassar o seu conhecimento e fortalecer toda causa da população negra no Brasil, e agora também em Santa Catarina.

Eu gostaria de fazer um registro da presença do vereador Roberto Bisoni, de Joinville, aqui em nosso plenário, que nos solicitou e fizemos um requerimento à secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, para rever a tubulação de gás do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville. Segundo o vereador, que esteve no local, encontra-se em situação precária, podendo

ter um rompimento a qualquer momento, deputado Nilson Gonçalves.

O vereador Bisoni nos fez o relato da preocupação que ele tem com essa tubulação. Também fizemos um requerimento, a pedido dele, sobre murar o hospital, já que toda propriedade, todo patrimônio daquele hospital não tem muro.

Então, esta é uma preocupação do vereador Bisoni, que veio aqui conversar conosco sobre a questão do Hospital Regional, e também está em Florianópolis para tratar de assuntos referentes à Guarda Municipal de Joinville, que ainda patina para ser implantada, embora a lei para a criação já tenha sido aprovada há mais de três meses.

Fica o registro da visita do vereador Bisoni aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputados Padre Pedro Baldissera, Silvio Dreveck, Neodi Saretta, Angela Albino, Maurício Eskudlark, Antonio Aguiar, Mauro de Nadal, quero dizer da alegria de retornar a esta Casa na condição de deputado não mais licenciado, até porque, deputada Angela Albino, deputados Sandro Silva e Nilson Gonçalves, estive aqui quase que semanalmente buscando manter o convívio com a Casa, com os deputados, para facilitar quando alguma demanda impedia que o deputado saísse daqui e buscasse uma audiência em nosso gabinete, na secretaria de Infraestrutura.

Volto, como disse, com muita alegria porque depois de três anos, três meses e quatro dias, deputada Ana Paula Lima, de intenso trabalho, de muitas realizações, com o sentimento de ter cumprido com o nosso dever, muito embora, claro, deputado Maurício Eskudlark, seja um ponto de

frustração em relação àquilo que não conseguimos ver efetivado da forma como gostaríamos.

No entanto, nesse período, contratamos mais de 3.000km de obras que sequer tinham, deputado Sandro Silva, projetos. A primeira providência que fizemos, e alguns entendiam como uma loucura, pois investimos mais R\$ 100 milhões em projetos, mas, sem eles, não teríamos conseguido buscar os recursos.

Quero aqui também, por uma questão de justiça, dizer que o primeiro dos financiamentos que conseguimos contratar junto ao BID, foi um pleito no valor de US\$ 250 milhões e na primeira reunião do Confie nos foi autorizado US\$ 75 milhões que conseguimos, através da intervenção da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, quando solicitamos uma audiência e levamos lá a bancada federal, conseguimos fazer com que houvesse uma nova reunião e, então, o pleito pôde ser atingido na sua totalidade de US\$ 250 milhões. Esse foi o primeiro pleito, já no início de 2011.

A partir daí, buscamos junto ao BNDES, e aí também quero registrar que fomos muito bem sucedidos no Rio de Janeiro, pois o primeiro contrato que assinamos, deputado Nilson Gonçalves, deputado Sandro Silva, foi para Joinville, no valor de R\$ 40 milhões, cujas obras, algumas já concluídas e entregues, outras em fase já de finalização nas ruas Albano Schmitt, Minas Gerais e Rui Barbosa e a 9 de Março. Recentemente, entregamos o binário da Vila Nova, a Tuiuti e outras há mais tempo.

Esses recursos nos permitiram, somados aos contratos recentes, junto ao Banco do Brasil, um novo contrato no BNDES e, por último, mais um contrato com o Banco do Brasil que foi autorizado há poucos dias, deputado Maurício Eskudlark, pela secretaria do Tesouro Nacional, permite dizer que sem dúvida alguma, sem medo de errar, pela experiência que já tenho de ter podido atuar em vários governos, que nenhum deles teve condições de investir tanto em obras como este governo de Raimundo Colombo e Pinho Moreira. Apenas na Infraestrutura foram investidos mais de R\$ 4

bilhões, o que nos permitiu intervenções em 3.000km de rodovias, sejam novas, seja em restauração, em duplicação, em intervenção profunda no traçado, correções em rodovias que foram construídas há 30, 40 ou até 50 anos.

Talvez pelas circunstâncias do momento as rodovias não seguiam um padrão que existe hoje. Por isso, foram necessárias correções de traçados, iluminação de curvas tornando nossas rodovias mais seguras. Infelizmente, o nosso estado ainda ostenta uma posição muito incomoda em relação, se compararmos com outros estados da federação, aos acidentes, pois há poucos anos era o estado mais violento no trânsito no Brasil.

Por isso, fizemos intervenções em muitas rodovias, construindo acostamentos, terceiras faixas, iluminando curvas, duplicando. Hoje temos mais de 100km em obras. E há outras já em processo de licitação, que vai garantir que as nossas rodovias sejam muito mais seguras e que deem mais condições de mobilidade e de segurança, melhorando a logística e a competitividade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. pelo trabalho realizado em favor da Infraestrutura de Santa Catarina, mais precisamente, o maior encontro que aconteceu foi a inauguração do asfalto da Praia do Ervino, onde vimos, juntamente com o governador, inauguramos o reconhecimento popular. É importante sentir que a população vê o trabalho realizado pelo governo do estado de Santa Catarina, mais precisamente pela pasta de v.exa.

Estivemos em Santa Cruz do Timbó e vimos o trabalho que está sendo realizado no município de Porto União. Temos certeza também de que a rodovia-477, entre Doutor Pedrinho e Moema também vai se concretizar.

Quero parabenizá-lo e dizer da nossa satisfação em tê-lo novamente na Assembleia Legislativa. Seja bem-vindo a esta Casa, que agora conta com 11 deputados estaduais do PMDB.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que desempenhou nesta importante pasta, que é a secretaria de Infraestrutura. Desejo um bom retorno a esta Casa e gostaria de dizer que, embora todos os percalços que hoje a máquina pública tem que enfrentar para realizar uma obra, uma ação importante para a sociedade, que vai desde o primeiro contato na busca dos recursos, a elaboração do projeto, o processo licitatório, que é moroso, foi muito exitosa a sua passagem pela secretaria, porque conseguiu buscar recursos importantes para o nosso estado. Muitos desses recursos, fruto de trabalho de um, dois anos agora começam a sair do papel, que são obras importantes acontecendo em todo o território catarinense

São obras de infraestrutura que há muitos anos a sociedade clamava e exigia. E cito o asfaltamento de Anchieta a Romelândia. Fui criado naquela região e ouvia falar desse asfalto. Há mais de 50 anos a comunidade pedia esse asfalto e hoje vemos a obra a todo vapor.

Podemos citar a recuperação do trecho de Chapecó a São Lourenço do Oeste, uma das obras mais caras de Santa Catarina, uma rodovia com infraestrutura, segurança, acessibilidade; a recuperação de São Lourenço do Oeste a São Domingos, que já foi inaugurada, com uma trafegabilidade sensacional. Isso foi fruto do trabalho de v.exa. E ainda sabemos que houve a eliminação da Cide, que era um recurso importantíssimo que permitiu, no período em que o Luiz Henrique da Silveira foi governador, levar acesso asfaltado a todos os municípios. Embora, na sua passagem pela Infraestrutura, não tenha contado com esse recurso, v.exa. deu continuidade a todos os projetos que estavam em andamento, a exemplo da rodovia de Chapecó a Paial.

Parabéns pelo seu trabalho. Esta Casa está orgulhosa e seja bem-vindo ao Parlamento.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, também quero, em nome do PSD, fazer o registro da admiração que temos por v.exa., pela sua serenidade no trato da coisa pública, pela lealdade ao governador Raimundo Colombo, pela busca de recursos e pelos pleitos que conseguiu atender: as obras na grande Florianópolis, as obras na rodovia Antônio Heil, entre Brusque e Itajaí, que é importantíssima para a região.

Não poderia deixar de fazer este registro de admiração pelo equilíbrio, ponderação com que v.exa. sempre age, nada diferente do que sabemos da sua história política.

Parabéns! É um orgulho estarmos ao lado de v.exa. nesta Assembleia.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Sr. presidente, gostaria também de parabenizá-lo, como fizeram os outros deputados, principalmente por ter ressuscitado um sonho para a comunidade do bairro Paranaguamirim, em Joinville, onde moro, a estrada do Rio do Morro, e por outras obras importantes naquele município, como o binário do Vila Nova, executado e inaugurado, o recapeamento do asfalto da rua Tuiuti, da rua Albano Schmidt, bem como por tirar do papel a duplicação da Av. Santos Dumont.

Podemos citar também as melhorias realizadas na Praia do Ervino, em Gilbratar, Laranjeiras, Itapoá, Garuva. São obras importantes que marcam a sua passagem exitosa na secretaria da Infraestrutura do estado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Agradeço!

E ainda poderíamos discorrer sobre tantas outras obras, como o processo de licitação já concluído da Fragosos, em São Bento do Sul, onde apenas se aguarda a entrega da ordem de serviço. Também poderia falar do acesso norte de Blumenau, da via rápida de Criciúma, da extensão do contorno de Concórdia e de tantas outras obras.

Agradeço a atenção dos colegas. Certamente voltaremos à tribuna para discorrer sobre os investimentos na área da Infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Gostaria de trazer para esta tribuna um assunto e uma situação que considero desumana e que está acontecendo aqui em Santa Catarina. Espero que esta fala, e já fizemos por escrito um documento, possa chegar a sra. secretária do estado da Saúde, Tania Eberhardt, e que ela, o governo do estado e a secretaria da Saúde possam mudar essa situação desumana.

Apelo, inclusive, ao líder da Casa, que é o líder do governo, que não está aqui presente, mas certamente os deputados que compõem a base podem levar essa situação ao seu conhecimento.

Nós temos o sistema nacional de regulação de consultas chamado Sisreg, em que são marcadas as consultas de especialidades. Por exemplo, um morador lá de São Miguel d'Oeste, de Concórdia ou de Caçador, que precisa de consulta tem que fazê-lo pelo sistema, surpreendentemente, a partir do dia primeiro de fevereiro deste ano, deixou-se aqui no estado de marcar essas consultas pelo sistema Sisreg exigindo a presença física de alguém aqui da capital para marcar essa consulta. O que está acontecendo é que a pessoa tem que vir pessoalmente ou pedir para alguém vir marcar essa consulta, às vezes, deslocando-se 500km ou 600Km para chegar aqui e, dependendo da consulta, entrando na fila às 2h da madrugada, para as 7h, quando chegar a hora da marcação, ouvir que não há mais disponibilidade de horário.

Deputada Angela Albino, o que está se fazendo, aqui, em Santa Catarina, é desumano. E é surpreendente porque a secretaria da Saúde está deputada, Ana Paula Lima, sob o comando da sra. Tânia, que é uma pessoa sensível. É inadmissível que a coordenação da secretária ou quem quer que seja que tem dado essa determinação diga que as marcações de retorno de consulta não possam se fazer pelo Sisreg. É desumano o que estão fazendo em Santa Catarina. E basta ver as filas nos hospitais de madrugada. O sujeito é lá de Concórdia, de Caçador, deputado Valdir Cobalchini, e não consegue marcar a consulta lá, tem que vir aqui e não digo que é mentira, porque há 15 dias uma assessora está indo praticamente todas as manhãs nessas filas, tentando mendigar a marcação de uma consulta. Onde está o governo? Onde está a secretária Tânia? Cadê a sensibilidade de Santa Catarina com esses pacientes? Por que isso está sendo feito? Ouvi uma desculpa dizendo: "Ah, talvez a secretaria de um determinado município não possa marcar consulta por perseguição política. Ora! Se tem perseguição política vai no Ministério Público e denuncia aquele que faz isso, mas não penalize os catarinenses! Como é que as pessoas não vão conseguir marcar pelo Sisreg o retorno?

Então, estamos fazendo esse apelo, deputado Antônio Aguiar, que é membro da comissão de Saúde, e falamos com o deputado Volnei Morastoni, que é o presidente, pois precisamos mudar isso imediatamente e retornar ao que era antes do dia 1º de fevereiro. Como é que vamos deixar as pessoas nas filas? Elas não estão conseguindo consulta. Vamos voltar a fazer as marcações pelo Sisreg, lá no seu município, e a secretaria da Saúde coordena e faz essa marcação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Esse é um dos grandes outros problemas que temos na questão da saúde em Santa Catarina. E o discurso do governador era que disse que a Saúde estaria em primeiro lugar.

Deputado Neodi Saretta, quem quiser saber mais sobre essa situação, basta ir ao hospital regional e ver o que as pessoas estão passando lá. Há um homem de 33 anos há 21 dias internado para fazer uma cirurgia, que até o momento não aconteceu; uma senhora que há três meses está internada para fazer um procedimento cardíaco, mas ainda não o fez. Essas são demandas que têm vindo para nós, que estamos tentando resolver com a secretaria de estado da Saúde. As reclamações são imensas nesse sentido e não tem atendido a nossa população.

A remarcação das consultas é outro grande problema. E na área hospitalar as pessoas estão dentro do hospital há vários dias e não conseguem fazer suas cirurgias. O hospital virou objeto de hotelaria, porque as pessoas há meses e dias estão lá e não são atendidas.

Essa é a reclamação geral, a exemplo do que aconteceu no município de Araranguá, cuja administração foi dada para uma empresa que não está correspondendo às expectativas. É por toda Santa Catarina o problema da Saúde e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero incorporar sua fala ao meu pronunciamento e deixar bem claro, deputado Antônio Aguiar, que há uma série de problemas na área da Saúde que devem ser resolvidos de forma conjunta com governo federal, estados e municípios. Mas essa questão, específica, refere-se à exigência de presença física da pessoa para a remarcação e à marcação de consultas. É bem verdade que dizem que não precisa ser o paciente, pessoalmente, para marcar a consulta, ele pode mandar um representante, alguém da família, mas estou dizendo que é um trabalho desumano ter que vir aqui na capital e enfrentar filas enormes para marcar uma consulta. E há consultas que são um pouco mais fáceis de marcação, que podem ser marcadas de dia; mas há outras, que o paciente ou a pessoa que estiver representando o paciente, tem que vir às 2h, 3h à Florianópolis, sendo que esse procedimento pode ser feito pelo Sisreg.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - Deputado Neodi Saretta, não tenho a pretensão de atrapalhar sua linha de raciocínio, mas serei bastante breve, embora a questão de saúde seja talvez um dos maiores problemas não em Santa Catarina, mas em nível nacional.

Mas, pontualmente, em relação ao que v.exa. se refere, não quero acreditar que a secretária Tânia Eberhardt tenha esse conhecimento. Entendo que deva ter, sim, ciência desse fato e solucioná-lo. Não quero acreditar que esse problema perdure por omissão da secretaria de Saúde.

Então, se v.exa. me permitir fazer um contato com a referida secretária, quem sabe ela venha até a comissão de Saúde da Casa para ouvir esses reclames, que não é de um deputado, mas da sua base, dos seus amigos, de tantos catarinenses que vêm aqui e encontram essa dificuldade. É inadmissível que essas filas continuem.

Quero dar uma contribuição para que esse problema seja resolvido.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Valdir Colbachini. E não se trata apenas de permitir, sei que v.exa. foi gentil com a minha pessoa e agradeço essa sua disposição, assim, peço que haja essa interferência. Também não quero crer que seja uma decisão e que a secretária seja insensível, inclusive, disse aqui que ela é uma pessoa sensível, deputado Antônio Aguiar.

Agora, é desumano o que estão fazendo com a população catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - É verdade, deputado Neodi Saretta, mas aí existe um problema: o SUS não funciona. O Sistema SUS é mal remunerado pelo governo federal paga mal.

Onde está a presidente Dilma Rousseff com o dinheiro para ser investido em Saúde no estado de Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Antônio Aguiar, desculpe-me, nós não estamos falando de pagamento.

Estamos falando de desumanidade. De obrigarem as pessoas a irem para uma fila. É sobre isso que nós estamos falando, e não de pagamento.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Neodi Saretta, no SUS não precisamos trazer as pessoas para a capital, não é esse o viés. Ao contrário, o sistema tem que ser eficaz e levar o especialista para o interior, para que as pessoas não precisem viajar para a capital.

Quanto à marcação de consultas, v.exa. tem que ver que o sistema não funciona.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu apenas quero deixar bem claro que não podemos distorcer as coisas. Pagamento é uma coisa, marcação de consulta, que dá para fazer pelo Sisreg, é outra. Trazer pacientes às 2h da manhã para ir para fila é desumano, secretária Tânia! Escute o que estou falando. Vá para a fila à 1h da manhã, é desumano. É isso que estou falando. Não é de pagamento. Concordo que o pagamento pode ser melhor, mas é desumano levar pacientes às 2h da manhã, quando, na verdade, esse procedimento poderia ser feito em casa, pela secretaria da Saúde do seu município.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Neodi Saretta, parabenizo v.exa., pela lucidez de seu pronunciamento.

Gostaria de dizer que na semana passada a presidente da Apae do município de Garopaba esteve aqui com as suas duas filhas, que têm a Síndrome de Down, dizendo que ela ainda tem condições de vir de carro, mas questionou sobre as outras mães que não conseguem fazer isso.

Então a Apae do município de Garopaba, as mães, precisam vir aqui para marcar retorno.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Angela Albino.

Eu espero que esse nosso apelo, com a ajuda dos srs. deputados e das sras. deputadas, possam fazer rever imediatamente essa decisão.

Quero crer que as pessoas que fizeram isso não são mal intencionadas, mas foram infelizes e temos que rever isso com urgência, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do ex-deputado e agora prefeito do município de Brusque, Paulo Eccel.

Seja bem-vindo neste Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence aos Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de, no dia de hoje, ler uma matéria do jornal *Diário Catarinense*, do Sérgio da Costa Ramos.

(Passa a ler.)

"Receita de morte

Crack. O som é onomatopaico, quer dizer imita ruídos. Lembra uma noz sendo quebrada na dobradiça. Um ruído de destruição, ruptura, desastre, morte. Este é o som da maior tragédia que hoje angustia a alma brasileira. Crianças estão marcando encontro com a morte, vítimas de traficantes e até de seus próprios pais viciados. O crack cocaína misturada à amônia, bicarbonato,

água destilada e transformada em pedras, fumadas em cachimbo causa dependência química imediata. Agindo no sistema nervoso central, a droga gera aceleração dos batimentos cardíacos, aumento da pressão arterial, dilatação das pupilas, suor, excitação, delírio e sensação de onipotência.

O crack é um gatilho. Aperta o coração de quem consome, transformando o usuário num eufórico transgressor. O viciado rouba, mata e morre. Perde todas as referências morais. Transforma-se num monstrinho suicida ou homicida, sem qualquer controle de si mesmo.

Cidades, bairros inteiros acolhem hordas cada vez mais numerosas de crack-dependentes. Proliferam nas cidades de porte médio as Cracolândias, deprimentes logradouros públicos ocupados por viciados em estágio de 'descerebração', zumbis que se tornam mortos-vivos sem cérebro.

Está mais do que na hora dos candidatos a mandatos legislativos ou executivos responderem com projetos factíveis contra essa grave ameaça que paira sobre a cidadania. A de assistir ao domínio do crime mediante a disseminação de uma droga socialmente desestruturante, que pode literalmente acabar com a civilização.

Quais seriam os planos dos futuros governantes para salvar a cidadania e a dignidade da criança brasileira, sem a qual não haverá futuro, não haverá vida decente, não haverá país?

O número de homicídios vinculados ao comércio de drogas mais do que duplicou em Florianópolis". [sic]

Isto é triste, mas a nossa cidade é uma das mais disputadas pela juventude no tráfico e uso do crack.

(Continua lendo)

"Assustam os acertos de contas, consumados pelo 'tribunal' do tráfico na Grande Florianópolis: as execuções se sucedem e já chegam aos três dígitos por ano.

Ao reconhecer uma criança como o único vestígio de divindade no ser humano, os viciados em drogas 'administráveis' deveriam pôr a mão na

consciência e abdicar desse mercado que movimenta o crime.

As cracolândias, deprimentes logradouros públicos ocupados por viciados em estágio de 'descerebração', zumbis que se tornam mortos-vivos sem cérebro.

Está mais do que na hora dos candidatos a mandatos legislativos ou executivos responderem com projetos factíveis contra essa grave ameaça que paira sobre a cidadania. A de assistir ao domínio do crime mediante a disseminação de uma droga socialmente desestruturante, que pode literalmente acabar com a civilização.

Salvem ao menos as crianças deste som assassino - crack." [sic]

Estamos num bom momento para revitalizar aquela campanha da RBS, muito grande, juntamente com a sociedade, com clubes de serviços, com entidades filantrópicas, com municípios, com câmara de vereadores: *Crack, nem pensar.*

Eu faço esta leitura bem pausada para os catarinenses, para os pais de família e para os jovens que são convidados a participar dessa coisa criminosa que é ser mula para transportar essa droga, provocados, incentivados ao uso do *crack* que mata, que aleja, que destrói famílias, que destrói o pensamento daquele jovem que poderia ser uma pessoa digna do convívio com a sociedade, um ser humano normal.

É lamentável, deputado Silvio Dreveck, que ao assistirmos noticiários, ao lermos nos jornais e revistas nós tenhamos que nos deparar sempre, quase todo o dia, com o problema de assassinatos, de invasões, de depredações, de violências, de badernas ocasionadas, em grande parte, pelo efeito do uso do *crack*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskdulark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, hoje foram feitas várias discussões sobre saúde, sobre drogas, assunto este que o deputado Reno Caramori acabou de relatar.

Ontem, enquanto a *TV Globo* estava gravando uma reportagem sobre roubo, uma pessoa acabou sendo filmada ao ser vítima de uma tentativa de roubo. Então, realmente a sociedade brasileira está passando por um caos.

Nós vivemos novamente em Santa Catarina, nos últimos dias, represálias de presos que não estavam conseguindo receber visitas, que não estavam tomando banho de sol tendo em vista os ataques a ônibus. E não temos que discutir se partiu ou não de dentro dos presídios. É evidente que partiu dos presídios, é evidente que foi represália pela situação deles.

Assim sendo, estamos vivendo um caos na questão de Justiça, de cidadania e de respeito em nível nacional.

Os três menores que foram apreendidos por incendiarem os ônibus já estão nas ruas liberados, enquanto a mesma notícia diz que a polícia procura o quarto acusado. Para que procurar o quarto acusado se os três, que foram presos, já foram soltos? Que Justiça é essa, que país é este? Um país onde nem sequer são apurados os desvios, os crimes cometidos contra a Petrobras! E ao invés das lideranças partidárias apoiarem a apuração, elas dizem: "Se vocês apurarem a Petrobras, nós vamos apurar o metrô de São Paulo".

Essa é uma vergonha nacional! Somente vergonha! Um partido dizer que só irá apurar a Petrobras se nós apurarmos o metrô, é uma vergonha! Que país nós queremos?!

O Supremo Tribunal Federal, que custa R\$ 500 milhões por ano ao povo brasileiro, está com um dilema: um furto de duas galinhas. E eles vão começar a discutir, porque era um galo e uma galinha. E essa questão movimentou a Justiça brasileira por dois anos, com defensores públicos, procuradores, Justiça de primeiro grau, Justiça de segundo grau. Daí recorreram ao STJ e agora

está no STF - Supremo Tribunal Federal. E custa R\$ 500 milhões por ano ao povo brasileiro discutirem aquele furto de galinha.

E, no final, foi devolvida a galinha! O Afanásio Maximiniano Guimarães, que roubou as duas galinhas, foi identificado, as galinhas foram recuperadas, e para decidir se esse furto de R\$ 40,00 é insignificância, o Supremo Tribunal Federal está, hoje... E o ministro faz algumas observações em termos latinos a respeito da decisão e solicita ainda a manifestação da procuradoria-geral.

É o fim da picada! Que país é este?! "Se vocês investigarem a Petrobras, nós vamos investigar o metrô de São Paulo". É o fim do mundo! Daí um caso de furto desses, que teria que ser decidido na hora, sem precisar ir para a Justiça - ou a Justiça determinar que, durante uma semana, o culpado deveria limpar uma creche ou fazer algum serviço pelo ato praticado -, está lá no Supremo Tribunal Federal!

Os menores são presos por terem queimado um ônibus, mas logo em seguida são liberados. Aí cobram que a polícia ainda não pegou o quarto menor. Mas pegar para que, se vão soltá-lo, se neste país a impunidade é generalizada?! Que exemplo alguém que está em casa com a família vai ter vendo isso?

Quando o meu amigo prefeito de Palmitos fez uma palestra num colégio, um garoto de 8 anos perguntou: "Por que quando a gente é pequeno vocês nos ensinam a fazer a coisa certa e quando a gente cresce todo mundo faz a coisa errada"?

Então, estamos vivendo num país do caos, num país onde o governo não dá exemplo, num país que a Justiça não dá exemplo, num país da calamidade.

E os presídios estão cheios. Os marginais são presos, mas não ficam presos, não pagam pelos crimes, não são responsabilizados.

Vejam que esse caso de Minas Gerais é um exemplo. E ele vem perambulando desde maio de 2013 pelos tribunais, tendo recurso daqui, recurso de lá, movimentando a procuradoria, a defensoria pública e o tribunal por causa de um roubo de

galinha. E os ministros do Supremo Tribunal Federal é que dão o maior exemplo, porque quando esse caso chegou ao gabinete, já tinham que despachar, resolver e levar para a pauta de julgamento. Enquanto isso não decidem questões importantes sobre precatórios, Programa Mais Médicos, planos econômicos, drogas. Vários assuntos destes estão pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal!

Então, esse era um processo que não deveria nem ter começado. É um processo que não deveria ter iniciado. Nós precisamos de uma revisão total na nossa legislação, no procedimento da Justiça, na aplicação correta da lei, na responsabilização de quem é condenado, e não se pode agir desta maneira. Estão brincando com o sentimento do povo brasileiro.

Algum brasileiro ainda acredita na condenação de algum desses envolvidos com o caso da Petrobras, com o caso do metrô de São Paulo? Ninguém acredita mais.

Então, há um sentimento de impunidade, o sentimento de descrédito da população, do cidadão, é muito grande. Infelizmente, nós temos que mudar este país, a história vai ter que fazer, as urnas terão de fazer, mudar a história deste país. Não se pode ficar nesta impunidade. Hoje os jornais mostram essa pauta, porque é o sentimento da população brasileira.

A Justiça tem que ser ágil, tem que ser rápida, tem que se dar mais poder ao juiz de primeiro grau, que tem que resolver, aplicar a penalidade, e essas pequenas questões não podem chegar ao Supremo Tribunal Federal.

É o mesmo caso de condenados por roubo a banco, latrocínio, com 62 anos de prisão, que a imprensa divulgou esta semana que fugiram do regime semiaberto.

Ora, o cara condenado a 62 anos de prisão, com vários processos por roubo, por homicídio, por latrocínio, recebe direito ao avanço na pena, saindo do regime fechado para o regime semiaberto, e fugiram no primeiro dia. Claro que vão fugir! Se a Justiça não consegue medir a periculosidade

daquela pessoa que está sendo liberada, não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, temos que mudar principalmente a Justiça e a legislação penal, a legislação que responsabiliza aqueles que praticam ilegalidades. As mortes não surpreendem mais, são dados numéricos. As pessoas não se importam, elas só sentem quando é com alguém próximo.

Não pode a Justiça liberar, mesmo sendo um menor. O menor que queima ônibus não é um menor que mereça uma legislação como para as outras crianças. Esse é um menor bandido. Este é um menor que está praticando crime, um menor que queimou ônibus. Se precisasse, se tivesse a possibilidade, ia matar um motorista, ia matar um passageiro, ia matar uma mãe e uma criança que estivessem naquele ônibus.

Então, o que vai impedir esse menor e outros menores, que foram liberados, de voltar a praticar atentados em Santa Catarina contra a vida do cidadão? Nada, porque o exemplo está aí: praticou o crime, foi preso, identificado, confessou e foi liberado.

Não dá para aceitar uma Justiça desse tamanho, não dá para aceitar. Se investigarem, fizerem a CPI da Petrobras, verão que aquilo virou chantagem, virou moeda de troca, é uma vergonha nacional. Todos tinham que apoiar apurar tudo, não pode ser tolerante com nada, precisa responsabilizar efetivamente, penalizar, então a situação muda neste país.

Ninguém tem que ser conivente com o erro, com o dolo, com a má fé. Infelizmente esse é um fato lamentável e é mais uma semana triste para a história deste país, com essas ações que envergonham tanto a nação brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s. 0050/2014, 0110/2013 e 0449/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0719/2013.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0334/2013.

Por fim, comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0526/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0023/2014.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0048/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0473/2013.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0270/2014, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0271/2014, 0272/2014 e 0273/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0035/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao reverendo Levi da Silva Paulo, manifestando aplausos e reconhecimento pelos inestimáveis serviços na área da cultura e assistência social prestados à comunidade e à sociedade catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta presidência recebeu requerimento, subscrito pelos líderes, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os deputados líderes que subscrevem, com amparo do art. 99 do Regimento Interno, requerem a suspensão da 33ª sessão ordinária, para que o sr. Volnei possa informar a este Parlamento sobre a situação da suspensão da greve dos agentes penitenciários."

Esta presidência suspende a sessão, por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem o deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria apenas de fazer uma manifestação sobre essa fala do representante do Sintesp, sr. Volnei, porque as divergências de negociação, de entendimento fazem parte do processo democrático, e certamente, existiram, existem e continuarão existindo. Agora, tomar medidas no sentido de destituir um dirigente sindical, de ameaça inclusive de fechamento de entidade que atua na defesa de interesse de determinadas categoriais é um equívoco e afronta o regime democrático de direito.

Portanto, fizemos também a solicitação para que a Procuradoria do estado, para que o governo reveja esse encaminhamento de tentativa de ação de destituição de dirigente sindical, pois isso afronta o estado democrático de direito e que

retome mesas de negociação. E aí, sim, colocando-se as divergências e vendo o que é possível ou não, mas jamais se pode atacar uma instituição e os próprios dirigentes da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna, hoje, é uma sessão solene em homenagem ao Hospital e Maternidade Sagrada Família, em São Bento do Sul, e por coincidência o nosso colega, deputado Antônio Aguiar, também estará presente.

Quero ressaltar aqui, deputados, os 60 anos de trabalho dessa valorosa entidade, dessa valorosa instituição, que iniciou na verdade a saúde em São Bento do Sul, com algum trabalho, já na época de 1923. Mas em 1954 foi institucionalizado oficialmente o Hospital e Maternidade Sagrada Família, administrado pelas irmãs da Divina Providência e que está há 60 anos administrando aquele hospital, que atende além de São Bento do Sul em alguns serviços, em algumas atividades, também os municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho, Corupá e até o sul do Paraná.

Quero relatar que tive uma participação, deputado Antônio Aguiar, muito efetiva naquele hospital. Conheci aquele hospital com sete anos de idade, em 1960, quando acompanhei meu pai lá do interior quando, à época, o meio de condução para nós era a carroça com tração animal. Em São Bento do Sul ainda não existiam ruas pavimentadas, apenas alguns trechos com paralelepípedos, a grande maioria era estrada de chão.

E aquele hospital, desde aquela época, é uma referência em muitos serviços e equipamentos. Depois, na sequência, tive a oportunidade de 1993 a 1996 ser o secretário da Saúde do município e conhecer a atividade no seu dia a dia do hospital juntamente com o corpo clínico, servidores e, ao mesmo tempo, saber o quanto é importante uma instituição de saúde para uma comunidade.

Por conta disso, em 1996 ainda como secretário, liderei um movimento de implantar a unidade de terapia intensiva em São Bento do Sul, ou seja, UTI, que até então não existia. E como secretário, muitas vezes ligava às 2h ou 3h horas para o hospital de Joinville, Jaraguá do Sul, Curitiba, Blumenau porque lá em São Bento do Sul não tínhamos UTI. E foi quando me convenci de que o poder público também teria que participar nessa construção e implantação.

E de fato tivemos uma colaboração do governo federal à época, mas mais que isso, quero destacar a grande colaboração que tivemos da própria comunidade, das pessoas físicas, das empresas que ajudaram muito, do próprio hospital, que teve um interesse muito grande e, para nossa felicidade, iniciamos esse trabalho em conjunto e quando foi no ano de 2002 inauguramos essa Unidade de Terapia Intensiva, mais precisamente, no dia 7 de setembro de 2002 iniciou-se então o atendimento aos pacientes, não apenas de São Bento do Sul, repito, mas também da região. Isso além de recuperar muitos pacientes, de salvar muitas vidas até hoje, esses equipamentos são muito utilizados e com isso outros equipamentos se implantaram como tomografia computadorizada, ressonância magnética, entre outros serviços que agregaram ao hospital e que são utilizados em benefício da população da nossa região, mais especificamente, como referência, a São Bento do Sul.

Obviamente, hoje o hospital conta com mais de 55 médicos no corpo clínico, com mais de 200 colaboradores e servidores, que vem fazendo um trabalho extraordinário. Levando-se em consideração que a Saúde aqui é muito debatida, gostaria de frisar que o grande problema dos hospitais hoje não é a compra de equipamentos nem a construção de prédios, mas a manutenção, ou seja, as despesas de custeio. E volto a dizer, mais uma vez, que o está acontecendo hoje nos hospitais é por conta do não reajuste na tabela SUS. Podemos discordar em muitas coisas, mas essa é a grande realidade, porque muitas vezes até conseguimos recursos para investimentos, diga-se

de passagem, do governo do estado, que tem colaborado no custeio, mas o grande problema é essa tabela SUS. E quem é profissional da área sabe muito bem que desde 1998 ela não foi atualizada. Hoje isso representa 170% de defasagem nos serviços. Seja na consulta médica, nos exames, no atendimento ambulatorial, nas diárias, no procedimento cirúrgico, nas cirurgias, enfim, no conjunto todo.

Os hospitais, na verdade, são verdadeiros heróis. E aqueles que administram hospitais no Brasil como um todo não há porque não terem essa percepção de que um dos grandes problemas é essa atualização da tabela SUS. E por conta disso que estamos hoje lá em São Bento do Sul fazendo esse reconhecimento ao nosso Hospital e Maternidade Sagrada Família.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Silvio Dreveck, faz muito bem v.exa., em nome da Assembleia Legislativa prestar homenagem ao Hospital Sagrada Família que ele como os 170, 180 hospitais de Santa Catarina, chamados hospitais filantrópicos, fazem um esforço todos os dias com a colaboração da diretoria das irmãzinhas, uma direção que não cobra praticamente os honorários dos seus trabalhos, e que tem a colaboração da sua comunidade como um todo. E inclusive a colaboração do corpo clínico, do corpo funcional que trabalha por preços relativamente pequenos, bem menores do que se paga em hospitais públicos do estado, justamente considerando a arrecadação do hospital que é pequena. E a causa principal disso é um problema de gestão do SUS, que ainda não compreendeu que com 4,30% do Orçamento, quando deveria ser 10% dos investimentos na área da Saúde não estamos aplicando nem a metade do que deveríamos. A gestão plena existe em 25 cidades de Santa Catarina, como lá em São Bento do Sul, assim como é gestão plena em Brusque, com o prefeito Paulo Eccel, que transformou as prefeituras em

algozes da sociedade justamente fazendo restrição no seu atendimento.

V.Exa. está de parabéns!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Volto a ressaltar que hoje às 19h30 estaremos homenageando o Hospital e Maternidade Sagrada Família do município, em São Bento do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da sra. deputada Angela Albino, com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense.

Sem dúvida nenhuma, temos que enaltecer o hospital de São Bento do Sul e a grande ideia do deputado Silvio Dreveck, que representa também a região do planalto norte, juntamente com o deputado Antônio Aguiar.

É justa a homenagem a essa entidade que muitas vidas salvou ao longo da sua história pela competência e pelo controle das irmãs da Divina Providência.

Quero saudar os médicos, os funcionários, e todos que trabalham naquele hospital, inclusive, àquelas pessoas que são voluntárias e que ajudam o hospital no anonimato. A estas pessoas o meu respeito.

Às 19h30 estaremos prestando uma homenagem ao hospital de São Bento do Sul.

Mas, hoje quero me reportar a um importante município do planalto norte, que é o município de Papanduva, e agradecer a presidente da Câmara de Vereadores daquele município, a vereadora Jacinta Mikalovicz, bem como ao vereador Edemar, o batata, proponente do título que foi dado para este deputado, de cidadão honorário de Papanduva. A

cerimônia aconteceu na terça-feira, dia oito de abril, e muito nos honrou. Quero dizer também que a cidade de Papanduva está comemorando 60 anos de emancipação político-administrativa.

(Passa a ler.)

"A história de Papanduva começou desde meados do século XVIII, quando os tropeiros gaúchos, viajando pelo famoso Caminho das Tropas, levando muares do Rio Grande do Sul até a Feira de Sorocaba, em São Paulo e transportando pelo território do município, preferiam-no como um de seus pontos de *pouso e sesta*, isto é, aí paravam para acampar, descansar e dormir. Uma das coisas que motivaram esta preferência, era a existência no local de algum tipo de pastagem denominado *papuã*, que eles chamavam *papanduva*, originando-se daí o nome do município.

Por volta de 1828, os primeiros moradores, procedentes do Paraná, estabeleceram-se no município, dedicando-se à economia da pecuária, da agricultura de subsistência e principalmente do extrativismo vegetal da erva-mate. Sabe-se que entre os pioneiros estavam: Antônio Bueno, Francisco Torquato, Manoel Amora, famílias Haas, Mendes, Lisboa, Ladislau Tabalipa, Almeida, Furtado e Prestes, e tantas outras famílias que não vamos conseguir citar.

Mas a colonização, propriamente dita, começou em torno de 1880, com os imigrantes ucranianos e poloneses, durante o Segundo Reinado.

Papanduva também sofreu as consequências da Questão de Palmas e da Guerra do Contestado.

Em 1917, era distrito de Canoinhas e a Lei Estadual n° 133, de 30 de dezembro de 1953, elevava o distrito à categoria de município. A nova comuna foi instalada em 11 de abril de 1954".
[sic]

Portanto, são 60 anos de emancipação político-administrativa do pujante município de Papanduva. Parabéns pelo crescimento e pelo desenvolvimento realizado naquele município. Às pessoas que lá trabalham, como o prefeito, vereadores, autoridades que estiveram presentes na cerimônia e que foram homenageados, juntamente com este

deputado, quero dizer que o município de Papanduva é uma das cidades mais promissoras do planalto norte.

A continuidade desse trabalho que vem de vários anos, com a prefeitura de Humberto Ribas, e atualmente, com o mandato do prefeito Dário Schicovski, temos certeza de que aquela cidade vai continuar crescendo e se desenvolvendo no estado de Santa Catarina.

Temos a satisfação de dizer que os investimentos naquela cidade realizados pelo governo Raimundo Colombo, foram muito grandes, dos quais, alguns, indicados por este deputado, fizeram com que algumas obras fossem realidade no dia de hoje, especialmente com relação aos idosos.

O centro de idosos construído no município de Papanduva mostra a preocupação deste deputado com o segmento dos idosos. Mas fizemos centro dos idosos não somente em Papanduva, como também nos municípios de São Francisco do Sul e Irineópolis. Enfim, vários municípios estão recebendo investimentos deste deputado para os idosos. E não podia ser diferente neste ano importante, ano do 7º Jogos Abertos da Terceira Idade.

É com muita alegria que convidamos todos os catarinenses para, no período do dia 12 de abril ao dia 17 de abril, ir a Canoinhas, participar do grande evento dos Jogos Abertos da Terceira Idade, que tem como prefeito Beto Faria, como vice-prefeito, Vilson Pereira, como secretário Regional, Ricardo Pereira Martins e vereadores, comunidade e idosos empenhados em fazer com que essa grande festa se immortalize no estado de Santa Catarina. E vemos o crescimento amplo, dia após dia, também nas outras festas realizadas dos Jogos Abertos, como em Itá, ocasião em que houve uma grande presença do segmento da terceira idade.

Portanto, catarinenses, esperamos vocês, com certeza, no dia 12 de abril, para a grande abertura dos Jogos Abertos da Terceira Idade.

Com certeza o governador do estado, Raimundo Colombo, e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, estarão presentes nesse grande evento

para mostrar a sua apreciação aos idosos, aos membros da terceira idade.

Era isso que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputado Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, a minha fala hoje também vai repercutir na fala de alguns outros parlamentares que utilizaram desta tribuna.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, temos um grande problema e um imenso desafio pela frente: estruturar a segurança pública em Santa Catarina.

O governo do estado tem a obrigação de zelar pela paz e pela tranquilidade do nosso povo, da nossa gente, que hoje vive com medo, assustada e angustiada. E isso, infelizmente, acontece em todas as regiões do estado".

É essa a maior reivindicação da nossa população, porque está vivendo num estado intranquilo.

(Continua lendo)

"Na minha cidade, Blumenau, a Polícia Militar registrou oito furtos num único dia, cinco deles foram praticados em residências ou estabelecimentos comerciais, gerando medo, insegurança e prejuízos a toda comunidade".

Nós não vivíamos esse problema há muito tempo em nossa cidade. Blumenau sempre foi uma cidade segura, inclusive tínhamos a tranquilidade de dormir com portas e janelas abertas. Hoje, isso não tem acontecido.

(Continua lendo)

"Em Itajaí, uma manifestação por mais segurança foi realizada no último domingo. Moradores e pessoas que frequentam a Praia Brava participaram de um protesto que também reuniu

amigos de Bruno Rossato Santana, de 28 anos, que foi morto com um tiro na nuca na madrugada de domingo, quando entrava no carro após sair de uma festa.

No município de Navegantes, a criminalidade tem assustado a comunidade e o sentimento de impunidade amplificam ainda mais o medo na nossa população.

O mesmo tem acontecido em Camboriú e Balneário Camboriú. E creio não ser diferente na região serrana, no sul do estado e no oeste catarinense", porque todos os parlamentares vêm aqui trazer as reivindicações da nossa comunidade. Estou pautando alguns exemplos. Hoje também é notícia nos nossos jornais o caso de uma empresária morta no município de Tijucas.

(Continua lendo)

"Vivemos ainda nos últimos dias uma nova onda de atentados a ônibus e carros em diversas cidades de Santa Catarina. Como nas ondas de atentados que amedrontaram Santa Catarina em novembro de 2012 e fevereiro de 2013, os últimos ataques registrados no estado têm ligação com os presídios.

A confirmação dessa insegurança e, principalmente, da questão de presídios e penitenciárias, é do secretário de Segurança Pública César Grubba, primeira autoridade da área a reconhecer o retorno das ações criminosas no estado. Ele aponta o descontentamento dos detentos com o corte de benefícios durante a greve dos agentes prisionais como motivo."

Hoje mesmo, srs. deputados e sras. deputadas, o representante do Sintespe veio aqui esclarecer à população sobre o que essa categoria tem passado nas reivindicações não somente salariais, mas também de local de trabalho.

(Continua lendo)

"Desde sexta-feira pelo menos nove incêndios a ônibus e carros foram atendidos pela Polícia Militar. As ações ocorreram nas regiões sul, norte, litoral, centro-norte e Grande Florianópolis. As últimas foram na madrugada desta terça-feira em Itajaí e Balneário Arroio do Silva.

O promotor responsável pelo primeiro processo que julga o crime organizado em Santa Catarina, Flávio Duarte de Souza, trata o atual momento da segurança no estado com apreensão. Os últimos cinco ataques a ônibus ocorridos no fim de semana em três cidades do estado, somados ao que ele chama de forma 'amadora' de o governo tratar organizações criminosas, evidenciam a sua preocupação.

Em entrevista ao *Diário Catarinense*, o promotor criticou a postura do estado diante das ações do crime organizado em Santa Catarina. Souza diz que falta ao governo comando no enfrentamento às organizações. 'O que se esperava desde aquela primeira onda de ataques, em novembro de 2012' - e ficamos assustados e pedimos ao governador que chamasse a Força Nacional de Segurança, e demorou muito para ele entender do que se tratava -, 'era que o estado efetivamente passasse a tratar o crime organizado como um problema de segurança. Estou falando de fora. O que se vê é que o estado continua atuando de forma amadora'."

Ele espera acontecer os ataques para depois formalizar ações.

(Continua lendo)

"Para o governador Raimundo Colombo, a responsabilidade dos últimos atentados é da greve dos agentes prisionais." E não é isso, governador! Santa Catarina tem vivenciado isso a todo momento, em qualquer cidade do estado. "E afirmou que, com o fim da mesma, a tendência é de normalização. 'A gente sente que a situação vai-se normalizar', disse o governador."

Não é verdade! Os atentados a ônibus e a carros têm acontecido sistematicamente. Mas a insegurança no estado de Santa Catarina está presente em todas as cidades!

(Continua lendo)

"Em outro momento, em 2012 e 2013, já ouvi declaração parecida e a situação somente foi resolvida quando, após inúmeros apelos, o governador aceitou a vinda da Força Nacional para Santa Catarina.

Diante dessa realidade, da insegurança vivenciada pela nossa população em todas as regiões do estado e pela ação do crime organizado, nós parlamentares temos a obrigação de conclamar o governo do estado, através das autoridades legalmente constituídas, para dar um basta nesta situação.

Nosso sistema penitenciário está no limite, com mais de 15 mil presos e um déficit de cerca de seis mil vagas. Além de um baixo efetivo de agentes prisionais e da ausência de valorização dos seus trabalhadores.

Mas insisto na seguinte questão: é preciso investir na prevenção. É preciso implantar políticas públicas voltadas às nossas crianças, aos nossos jovens e aos nossos adolescentes, para não permitir que a rua seja o lar, o local onde a drogadição e a violência sejam a escola da nossa juventude."

É isso que disse o deputado Reno Caramori quando falou a respeito da questão do *crack*, que está invadindo todos os locais. Nós precisamos ter políticas públicas na área de prevenção para enfrentamento desse problema.

(Continua lendo)

"A questão da drogadição é um assunto que precisa ser tratado com a importância que lhe cabe. Precisamos de ações de prevenção, repressão e tratamento dos dependentes químicos.

Basta lembrar que mais de 70% dos que cumprem pena nos presídios lá se encontram por terem cometido crimes envolvidos com o tráfico de drogas.

Por isso, a Segurança Pública em Santa Catarina precisa sim de novos presídios, de mais efetivo policial, de mais equipamentos. Mas isso é pouco.

Precisamos também combater o mal pela raiz, através de um trabalho minucioso e consciente, de educação, de prevenção, de inclusão social e de tratamento quando necessário.

Estou convencida de que esta Casa pode fazer pela segurança da nossa gente. A nossa comissão de Segurança Pública tem que assumir a sua tarefa e

chamar todas as autoridades responsáveis, tanto do governo do estado de Santa Catarina, como do Poder Judiciário, como também do Ministério Público e do Parlamento Catarinense, para construirmos juntos uma alternativa aos problemas que enfrentamos diariamente.”

Não adianta mais fechar os olhos para um problema já constituído em Santa Catarina e que precisa de uma ação efetiva. Quando unirmos os poderes, nós vamos ter uma solução para essa problemática que a nossa população tem diuturnamente, já cansada de falar, mas parece que o poder público é surdo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- O próximo orador inscrito é o sr. deputado Carlos Chiodini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Hoje, o que me traz a esta tribuna são dois assuntos que eu considero muito pertinentes.

O primeiro é um alerta a uma situação criada e que coloca uma das culturas mais importantes da agricultura catarinense numa situação difícil, que é a questão da bananicultura.

A cultura da banana, que é uma forte aliada da economia agrícola de Santa Catarina, começa, sem dúvida alguma, a enfrentar contratempos com a decisão do governo federal, do ministério da Agricultura, do ministério das Relações Internacionais, que recentemente autorizou a importação da banana vinda do Equador, país aqui da América do Sul, mas que tem na sua produção um viés totalmente diferente do nosso.

A produção é feita em larga escala, no latifúndio, num clima 100% tropical, o nome já diz, sob a linha do Equador e que tem altas taxas de produtividade que confrontam com o perfil do nosso agricultor catarinense.

Santa Catarina é um estado pequeno, mas é o que mais tem propriedades agrícolas no país e não

é diferente na bananicultura. Os nossos produtores são pequenos, característica do setor agrícola catarinense, e já estão preocupados com a possível desestabilização da balança comercial, uma vez que no Equador a banana é produzida em grande escala, com preços baixos e é uma grande fonte da economia equatoriana com subsídios do governo.

Como presidente da comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, também provocado pela Associação dos Produtores de Banana de vários e grandes municípios produtores do estado de Santa Catarina, penso que seria prudente fazer uma avaliação dos efeitos da importação que, de fato, não começou a ocorrer, mas é necessário ficar alerta, estabelecer limites de volume, de preço, alíquota diferenciada e época do ano em que as importações serão liberadas.

É inegável que tudo é uma questão de proteção do nosso mercado, mas não podemos concordar com uma política que desestruture de uma forma ou de outra a nossa economia local. Apenas para trazer um dado, segundo a Asbanco - Associação dos Bananicultores de Corupá, que é a capital catarinense da banana, e onde 97% da produção nacional de banana é realizada através da agricultura familiar em pequenas áreas, ao passo que no Equador, que é o tema deste pronunciamento, a produção está assentada nos grandes latifúndios.

Apenas no município de Corupá, por exemplo, cerca de quatro mil pessoas num contingente de 12 mil, sobrevivem direta ou indiretamente do cultivo da banana. E isso se reaplica em diversos municípios catarinenses, responsáveis por 35% da economia com mais de cinco mil hectares de plantio e cada um deles com mais de 1.500 plantas. Corupá tem uma colheita anual de mais de 200 mil toneladas de banana.

O certo é, sem dúvida alguma, que temos que buscar soluções junto com o governo federal ou uma própria política estadual para garantir a competitividade e o crescimento da produção local, o aperfeiçoamento, a tecnologia, mantendo assim o nosso sistema de agricultura que fixa e valoriza

as famílias catarinenses na região rural, tornando Santa Catarina este estado especial que é.

Nos próximos dias vamos realizar uma audiência pública, e este deputado, como presidente da comissão da Agricultura e Política Rural desta Casa, provocado também por outros colegas deputados, com os produtores, comerciantes, com os agentes públicos dos governos em diversas esferas, para discutir pontualmente esta questão da liberação da importação da banana que Santa Catarina diretamente e de fato está afetada. Precisamos, de uma forma ou de outra, encontrar mecanismos de apoio e garantias em toda essa rede que contribui pra o desenvolvimento do nosso estado de forma incontestes.

Ainda aproveitando o tempo que me é destinado não posso deixar, deputado Serafim Venzon, de discorrer de outro assunto que considero muito importante.

Nós vimos nesta semana na imprensa que a Câmara dos Deputados deve votar nos próximos dias, espero que ainda este mês, o Plano Nacional de Educação - PNE. Um projeto que visa trazer mudanças no ensino brasileiro, esse que é um conjunto de metas que vai definir os rumos da educação pública no país nos próximos dez anos. O projeto trata de um ponto muito importante e necessário, sobre o mínimo do investimento do PIB brasileiro em educação pública e quanto à criação de um fundo próprio, com recursos da União, buscando a melhoria na qualidade do ensino na rede pública.

Quando tive a oportunidade de ser presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa e promovemos um calendário de audiências públicas, em que Santa Catarina, ativamente, em parceria com a Escola do Legislativo e a Câmara Federal, foi pioneira em debater esse assunto. Viajamos por 12 municípios, fizemos grandes seminários com centenas ou até milhares de pessoas, onde os catarinenses discutiram e ouviram relatos que podiam melhorar a qualidade do ensino público no nosso estado e em todo o Brasil.

Abrimos o seminário em Chapecó no ano de 2011, recebemos mais de 1.800 professores e pessoas ligadas à educação para debater a temática do assunto.

Depois percorremos mais onze municípios, envolvendo palestrantes de todos os países, formatando de fato uma grande rede de debate e participação, onde as propostas de Santa Catarina foram, sem dúvida alguma, ouvida e levada em consideração na elaboração desse plano.

Tenho convicção de que contribuimos para este momento histórico e importante da educação brasileira. Nós não vamos conseguir ter um país forte, uma economia forte, um país desenvolvido se não houver um grande volume de recursos investidos na educação. Aquilo que a vida me traz, todos os exemplos de países emergentes, que alcançaram desenvolvimento invejável e que o Brasil deve seguir o mesmo rumo, foram promovidos pelo forte incentivo e fomento à educação pública, a educação básica, à educação superior, aos seus diversos níveis complementares, ensino técnico. Creio que o Brasil avança agora neste sentido, mas não podemos avançar, até porque o que não falta no nosso país são leis, são determinações, o que falta é ações de fato que aconteçam e que mudem a realidade das pessoas.

É preciso pensar na educação com metas, com projetos, com resultados, e o lucro não vai ser financeiro, vai ser social, vai ser o desenvolvimento de toda uma nação que tem todos os predicados necessários para isso, mas que, sem dúvida alguma, tem que focar nesse importante assunto, que é o desenvolvimento educacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Inscrito, deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses, irmã Terezinha e sr. Dirson Peres, que vieram aqui na Casa para agradecer o empenho na aprovação do Projeto de Lei

n. 007/2014, de origem do governo do estado, aprovado por unanimidade nesta Casa, permitindo que a secretaria de Assistência Social contrate mais 28 assessores funcionários, concursados há quatro anos.

Mas no dia 16 na semana que vem encerra-se a validade daquele concurso e, se não forem aproveitados esses concursados, a secretaria terá que passar por outro concurso para contratar novos funcionários, e, certamente, por ser ano eleitoral, fica difícil.

Isso foi programado pelo governador Raimundo Colombo justamente para aumentar os recursos para o cofinanciamento com os municípios, para a construção de Cras - Centros de Referência para Assistência Social - para mais de 90 municípios; para a construção de Creas - Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Também, para a ampliação do programa *Santa Renda*, naturalmente, será preciso, além do dinheiro que o governo vai dispor, pessoas para fazer relatórios, acompanhamentos e que estimulem, digamos, os serviços tanto por parte do estado quanto dos municípios. Então, é necessário um pessoal especializado para esse trabalho, paralelamente ao trabalho dos servidores da secretaria da Assistência Social, no que tange à recuperação dos valores, que também é um processo importante. Isso permite a contratação de 28 funcionários e será muito bom para a secretaria e para o estado.

Assim, cumprimos a irmã Terezinha pelo seu empenho e agradecemos a colaboração desta Casa no sentido de que se possa fazer essas contratações. Quero ainda cumprimentar o dr. José Carlos Pacheco, que foi presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sempre muito dedicado ao serviço social que o Hospital de Caridade faz e que desde semana passada, do dia da procissão do Nosso Senhor dos Passos, passou a ser o presidente da provedoria do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis.

Nós sabemos, e o deputado Silvio Dreveck há poucos dias prestava uma homenagem ao Hospital Divina Providência de São Bento do Sul, que todos

os 180 hospitais passam por dificuldades, porque os valores pagos pelos procedimentos, tanto clínicos quanto cirúrgicos, são muito aviltantes, pequenos, e foram atualizados pela última vez em 1996, ou seja, há 18 anos.

Então, um procedimento que era cobrado R\$ 5,00 continua com o mesmo valor; uma consulta, que era cobrado R\$ 9,00 menos 30% do imposto de renda, continua R\$ 7,00. Desde 1996, continua sendo pago por uma anestesia R\$ 15,00. Não daria para o hospital sobreviver se não fosse por alguns procedimentos diferenciados, como: buscar recursos na iniciativa privada, pedir a caridade das pessoas para contribuírem, apesar de já pagarem os impostos. Como somos movidos emocionalmente, na cidade em que há um hospital filantrópico existe sempre um movimento social para ajudar a mantê-lo, pagar o salário dos funcionários para fazer alguma reforma, para comprar equipamentos. Aquilo que o hospital recebe é insuficiente para manter as atividades, imagina acompanhar a evolução tecnológica.

Então, parabênizo o dr. José Carlos Pacheco, que sempre foi dedicado às questões do hospital. Graças a Deus, existem algumas centenas em Santa Catarina iguais a ele, que fazem também um trabalho como esse e graças a isso mantém essa rede de hospitais filantrópicos ainda com as portas abertas.

Quero saudar também o presidente da Fiesc, o dr. Glauco José Côrte, que, aliás, ontem publicou um belo artigo através da mídia estadual justamente colocando a questão da agroindústria catarinense.

O oeste inteiro depende muito dessa atividade e Santa Catarina é desenvolvida em todas as regiões. O nosso estado é destaque nacional e internacional pela venda dos produtos da suinocultura, da avicultura e outros tipos de carnes, que são produzidas no oeste. E temos que dar graças ao maior valor que temos, que é o valor humano, às pessoas que lá moram, que conhecem a técnica, que são dedicadas e que aproveitam o relevo acidentado do terreno, como ocorre em

grande parte do extremo oeste, que tem essa interação da qualidade das pessoas com o tipo de meio ambiente. Vamos conseguir dar às pessoas que moram lá uma renda familiar e conseqüentemente uma qualidade de vida boa, porque estão produzindo e conseguem vender os seus produtos com qualidade e precisam ter preço para continuar a vender. Mas do jeito que vai, com o transporte feito por caminhões, seja para transportar o principal elemento da ração, que é o milho, da região centro oeste do Brasil até o oeste de Santa Catarina, apenas o custo do frete, muitas vezes, é igual, quando não maior ao custo do produto comprado lá. Um saco de milho que é comprado por R\$ 10 ou R\$ 12, é vendido no oeste de Santa Catarina por R\$ 25,00 o saco, ou seja, é maior o custo do transporte do que o custo do milho transportado, e também é igual ao custo do transporte do produto pronto seja do frango, do suíno ou de outros que saem do oeste até o mercado do consumidor chegando em nossos portos, seja Itajaí, Santos ou em qualquer outra parte do Brasil. A soma dos custos precisa ser somada ao produto e aí corremos o risco de perder a competitividade.

E aí é que o dr. Glauco chama atenção dessa situação de que nós precisamos, sim, urgentemente, pressionar o governo federal para que se instale em Santa Catarina, no oeste e nas demais regiões do Brasil, ferrovias como mais uma forma de transportar os produtos prontos e buscar a matéria-prima para que as atividades continuem tendo uma competitividade imprescindível.

Por último, quero saudar Liandra Nazário Nobrega, presidente do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor que tem feito um trabalho extraordinário, motivando jovens a empreender e terem suas iniciativas e que no dia 24 agora irá completar 15 anos. Assim, saúdo a todos os jovens empreendedores em nome da sua presidente.

Existem várias frentes que precisamos fazer juntos, inclusive programas de qualificação profissional, de capacitação em diversas áreas. E temos recursos que podem ser buscados através do Fundo da Infância e Adolescência, de jovens de 15

a 18 anos, e poderemos usar os recursos do FIA para qualificar esses jovens e estimular essa atividade. O Conselho Estadual do Jovem Empreendedor pode estimular muitos jovens a empreenderem e com isso termos uma renovação imprescindível para a atividade industrial e comercial que Santa Catarina tem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, em São Bento do Sul, em homenagem aos 60 anos do Hospital Maternidade Sagrada Família, às 19h.

Está encerrada a sessão.